

Pato manco só

depois de outubro

Ainda bem. Pelo que eu entendi da entrevista do ministro Pedro Malan na sexta-feira, o governo não pretende solicitar aos candidatos à Presidência nenhum tipo de compromisso específico para concluir um novo acordo com o FMI. Um novo acordo ou uma flexibilização do que está em vigor pode ser uma das alternativas que o governo está considerando, mas será um ato de sua inteira responsabilidade.

Se algum tipo de compromisso dos candidatos é necessário, como considera a vice-diretora-gerente do FMI, Anne Krueger, ele já foi feito pelos candidatos, que têm insistido que não vão romper contratos, dar cálote na dívida e nem implantar a anarquia fiscal, como disse o ministro. Em uma referência mal disfarçada ao candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, Malan disse que alguns candidatos só recentemente assumiram essa posição, que se choca com o que disseram em passado ainda pouco distante. Mas que ele prefere crer que o compromisso recente é o que vale.

A entrevista que o ministro da Fazenda resolveu dar de supetão não foi inspirada pelo desejo de "acalmar" o mercado, que esperava alguma coisa bombástica e acabou frustrado. Os operadores assistiram à TV por alguns minutos e, ato contínuo, voltaram a especular. Malan listou os dados bons sobre a área externa — e eles são na verdade conjunturalmente bons —, reafirmou que a dívida interna é administrável e acrescentou que o Brasil continua contando com apoio internacional, de governos e de instituições multilaterais. Não prometeu um acordo salvacionista com o FMI, como o mercado ou os que decidem em nome dele gostariam de ouvir. De fato, o ministro criticou o mercado ao deplorar o "negativismo" e ao afirmar que a disparada ou "overshooting" do dólar não encontra explicação econômica racional.

Dizer que faltam dólares no mercado para atender à demanda das empresas explica muito pouco. O Banco Central (BC) está procurando suprir essa demanda, já gastou desde 3 de julho US\$ 1,350 bilhão com isso. Só quinta-feira passada, foram US\$ 270 milhões, mas a especulação que tomou conta do mercado é insaciável. Tanto mais agora que o candidato da Frente Trabalhista, Ciro Gomes, disse que, se for eleito, fecha a válvula aberta da CC-5, o ralo usado pelos rentistas mais ansiosos para enviar seu rico dinheirinho para paraísos fiscais.

O recado de Malan foi claro: o governo está atento à situação cambial, explora alternativas e não se exime de tomar as medidas que se fizerem necessárias. Ou seja, o presidente e sua equipe econômica não cedem nenhuma parcela de poder e estão conscientes de que po-

derão ter de tomar medidas duras para evitar que o país mergulhe em uma crise cambial.

Quanto ao que a Sra. Krueger disse é coisa de tecnoburocrata sem nenhuma sensibilidade política. Sim, porque, se para tomar a decisão de recorrer ao FMI, o governo precisasse do assentimento dos candidatos, FHC praticamente deixaria de governar. Uma renúncia ao poder de decisão agora seria um borrão na biografia do presidente.

Na verdade, o insistência agora em um acordo de transição é uma tentativa de antecipar fatos que só devem ocorrer no finzinho de outubro. Presumindo que nenhum dos candidatos consiga a maioria absoluta dos votos válidos no 1º turno em 6 de outubro, o povo brasileiro só saberá com certeza qual será o próximo presidente da República depois da realização do 2º turno, marcado para 27 de outubro.

Aí, sim, começa a transição de governos. E tudo muda de figura, inclusive com relação ao FMI. O atual governo não poderá fechar um novo acordo com o FMI sem ouvir o presidente eleito. E este, se quiser,

pode formalizar um compromisso com metas econômicas.

Democracia é assim.

Até lá, o que o governo pode fazer, se persistir a insensatez no mercado financeiro, é procurar adiantar a data de tranches já previstas no acordo em vigor com o Fundo, baixar o nível das reservas aquém de US\$ 15 bilhões para lhe dar mais bala no combate à alta do dólar, mas exclui a hipótese de negociações para um novo acordo com o Fundo, à maneira coreana. Isso só contribuiria para desgastar o governo e o candidato do PSDB, José Serra.

Se a situação se tornar muito grave, o governo tem poder para acionar a artilharia. Pode não só acabar com as contas CC-5, com uma resolução do BC. Em caso extremo, pode optar por uma pirueta, como seria a centralização do câmbio, por um período indeterminado.

Pode-se duvidar que o atual governo tome qualquer uma dessas medidas heterodoxas, que negariam o ideário da política econômica em vigor. Mas o fato é que a especulação cambial está tornando um rumo perigoso e pode determinar uma reação muito mais drástica do que as autoridades gostariam.

Enfim, pode-se gostar ou não do atual governo, mas FHC não é ainda um pato manco ou "lame duck", como os americanos chamam o presidente em exercício depois de o seu sucessor ter sido eleito. Ele tem ainda três meses de mando efetivo e, se não terminar com a especulação cambial desenfreada, que ameaça arruinar o País, a culpa é sua.

Email: kkleber@gazetamercantil.com.br